

REQUERIMENTO Nº 164/2023

O Vereador **Sandro do Proteção**, que adiante subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais submete ao Plenário o seguinte:

REQUERIMENTO

Requer, seja expedido ofício ao Excelentíssimo Senhor prefeito para que através da Secretaria Competente, aprecie o Anteprojeto de Lei em anexo, que Institui a Politica Municipal de Segurança das Escolas Municipais e CMEIs de Fazenda Rio Grande.

JUSTIFICATIVA

O presente Anteprojeto se faz necessário diante os casos de ataques ocorridos nos últimos anos em nosso País, um exemplo mais recente e o casso do dia 05 de abril de 2023, o ataque em uma creche do Município de Blumenau, com a morte de quatro crianças. Várias são as notícias sobre rumores de novos ataques em escolas do País, mantendo em estado de emergência alunos, pais, professores e toda a comunidade escolar

Fazenda Rio Grande, 11 de maio de 2023.

SANDRO DO PROTEÇÃO VEREADOR-PROS



ANTEPROJETO N° XXX/2023 DE 11 DE MAIO DE 2023

SÚMULA: Institui a Politica Municipal de Segurança das Escolas Municipais e CMEIs de Fazenda Rio Grande.

A CÂMARA MUNICIPAL DE FAZENDA RIO GRANDE, Estado do Paraná aprovou e eu, PREFEITO MUNICIPAL, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1° Institui a Política Municipal de Segurança das Escolas Municipais e CMEIs de Fazenda Rio Grande.

Parágrafo único. Este programa tem como objetivo estabelecer medidas de reforço à segurança em escolas no Município de Fazenda Rio Grande, delimitando uma série de protocolos de prevenção, identificação e ação frente a possíveis ataques que possam representar risco a integridade física de estudantes, professores e outros membros da comunidade escolar.

- Art. 2° Todas as escolas da rede Municipal de ensino deverão contar pelo menos 01 (um), vigilante portando arma de fogo durante o período escolar.
- Art. 3° Anualmente, pelo menos 80% dos funcionários de Escolas Municipais deverão receber treinamento voltado a conscientização e identificação de possíveis sintomas que indiquem problemas relacionados a saúde mental de crianças e adolescentes, assim como a orientação de possíveis abordagens pedagógicas que identifiquem e previnam fatores existentes no ambiente que influenciem e potencializem a pratica de ações lesivas a comunidade escolar.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Educação regulamentará o treinamento, assim como certificará os profissionais que participarem dele.

- Art. 4° Anualmente, cada instituição de ensino deverá elaborar um relatório informando à Secretaria de Educação todos as ocorrências de violência psicológica e/ou física, ameaças e comportamentos agressivos registrados durante o ano letivo.
- § 1° A Secretaria Municipal de Educação utilizará esses dados para elaborar o mesmo estudo em Escola Municipal, que deverá ser compartilhado com a Secretaria Municipal de Defesa Social.
- Art. 5° As associações de pais e professores deverão formar equipes de trabalho responsáveis por atuar em emergências, assim como contribuir para a



implementação de medidas preventivas de segurança e treinamento da comunidade escolar.

- § 1° Pais, professores e responsáveis com qualquer tipo de instrução sobre situações de emergência e primeiro socorros terão preferência para compor a equipe.
- § 2° Se o estabelecimento escolar não possuir a referida associação, a criação da equipe de trabalho se dará através da respectiva coordenadoria Municipal de Educação, ou órgão competente.
- § 3° Integrarão as equipes de trabalho das associações de pais e professores as guarnições destacadas da Secretaria Municipal de Defesa Social.
- Art. 7° As equipes de trabalho mencionado no artigo anterior deverão elaborar ao menos um plano de emergência que estabelecerá protocolos de identificação, ação e fuga em potenciais situações de risco.
- § 1° O plano deverá conter o passo a passo a ser adotado por funcionários, alunos e pais em caso de emergência.
- Art. 8° A direção das Escolas e CMEIs, em conjunto com as equipes de trabalho compostas pelas APPs e secretaria Municipal de Defesa Social, deverão promover treinamentos conjuntos periódico.
- § 1° O treinamento será composto por conteúdos teórico e prático sobre como todos os envolvidos devem proceder em caso de situações de emergência para minimizar e anular os impactos de um eventual ataque que possa acontecer.
- Art. 9° As despesas decorrentes da execução dessa lei correram por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.
- Art. 10° Esta lei entra em vigor 90 dias a partir da data de sua publicação.

Fazenda Rio Grande, 11 de maio de 2023

Prefeito Municipal



JUSTIFICATIVA

Grande foi a comoção após o ataque na escola estadual Thomazia Montoro na Zona Oeste de São Paulo. Segundo notícias, pelo menos um mês antes do ocorrido, foi enviado á Promotoria de Justiça de outra comarca um oficio relatando o comportamento do aluno agressor. Isso devido ao fato de que o aluno havia estudado na escola onde cometeu o crime e foi afastado já por questões de violência. Uma funciona 26ria daquela escola também realizou um Boletim de Ocorrência contra o aluno, relatando comportamento suspeito e ameaças a outros alunos, acompanhado de fotos do mesmo portando uma arma. Menos de 20 dias após voltar para a antiga escola, o estudante cometeu uma agressão e participou de outra briga. Logo, no dia 27 de março deste ano ocorreu a tragedia: Quatro professoras e uma aluno foram esfaqueados, tendo uma delas, a Senhoras Elisabete Tenreiro, falecido. Santa Cataria pode ser um estado pacífico, mas não e alheio a ataques semelhantes: em maio de 2021, o Município de Saudades foi abalado com a chacina praticada por um adolescente de 18 anos, que assassinou cinco pessoas e feriu outras duas após invadir uma escola infantil e no dia 05 de abril de 2023, ocorreu o ataque em uma creche do Município de Blumenau, com a morte de quatro crianças. Várias são as notícias sobre rumores de novos ataques em escolas catarinenses, mantendo em estado de emergência alunos, pais, professores e toda a comunidade escolar. Dados apontam que cerca de 50% dos ataques como são feitos por alunos ou ex-alunos das escolas, demonstrando a importância de não só a vigilância e monitoramento como fatores inibidores, mas também o acompanhamento psicossocial da comunidade escolar, evitando que brigas, agressões físicas e psicológicas e o famoso "bullying" escalem para verdadeiros massacres. Além disso, o sistema de educação carece de uma resposta instantânea e coordenada entre forças de segurança e a comunidade escolar, para minimizar e anular eventuais danos que venham a ser causados por um agressor. Pelos motivos expostos, conto com a colaboração dos nobres vereadores dessa casa de Leis para aprovarmos este Projeto de Lei que proponho visando aumentar a segurança de todos que convivem diariamente nas escolas da rede Municipal de ensino.

Fazenda Rio Grande, 11 de maio de 2023

Prefeito Municipal